



*Agenda 150 Anos de Memória  
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao  
Juiz Luiz Ambra*

*03/08/2015*

# ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. Luiz Antonio Ambra (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo e filho do homenageado)

ENCERRAMENTO - Des. José Renato Nalini (Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o juiz Luiz Ambra, em continuidade à **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante**.

Luiz Ambra nasceu em 1921. Ingressou na Magistratura como juiz substituto em Santos e, ao longo da carreira, também trabalhou em São Simão, Andradina, Araçatuba e na Capital. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie. Faleceu em 1969.

O desembargador **Luiz Antonio Ambra** foi orador em nome da Corte. Ressaltou em sua fala a iniciativa do projeto em prestigiar a memória do Judiciário paulista e reviveu parte do panorama histórico-cultural de São Paulo no período em que seu pai foi magistrado.

Insigne desembargador Renato Nalini, excelentíssimo presidente do Tribunal de Justiça, em cuja pessoa saúdo todos os aqui presentes.

Empenhado no resgate à tradição desta Corte, tomou Vossa Excelência a iniciativa de reaviventar a memória de eminentes magistrados que, a seu tempo, perante o Judiciário Paulista distribuíram justiça. Fizeram-no em épocas já longevas, onde os costumes eram outros, a bem dizer mais rígidos. Onde São Paulo não tinha a dimensão de hoje, praticamente ingovernável; megalópole onde não se faz possível colocar um policial em cada esquina para soffrear a crescente criminalidade. Bem por isso abandonada a ideia do Juizado de Instrução em material penal, também não é possível colocar um juiz em cada delegacia.

O Poder Judiciário, pese embora as transformações sociais, continua uno e impoluto como sempre foi, seus membros dignificando a Justiça do país. Como o fizeram nossos maiores, desde priscas eras. Cuja lembrança não deve desaparecer, e não desaparecerá graças aos cuidados e empenho de Vossa Excelência.

Tocou a mim, magistrado já quase no ocaso da carreira, na presença de parentes, colegas e amigos a incumbência de tecer breves considerações sobre a figura de meu pai, o saudoso Luiz Ambra, prematuramente falecido.

Magistrado de outra geração, da época de Bruno Afonso de André, Milton Evaristo dos Santos, Italo Galli, Mário Neves Guimarães, Antonio Rodrigues Porto e Néelson Pinheiro Franco, entre outros, com quem conviveu no trabalho e no Jardim Luzitânia, na *Favela do Judiciário* a partir de 1959, ali erigiu casa própria graças a financiamento do Ipesp pago a duras penas. Ali tomando a iniciativa de unir esforços para a edificação da Igreja local em louvor a Santo Ivo, padroeiro dos advogados e dos profissionais do Direito. Para tanto mobilizando o bairro com contribuições dos próprios moradores, em verdadeira cruzada que por moto próprio assumiu. A Paróquia de Santo Ivo já com mais de cinquenta anos, abençoando o bairro/jardim.

Juiz íntegro, sempre se dedicou ao trabalho, cumpriu suas obrigações com lisura e honestidade, pautou sua vida pela retidão de caráter. A prejuízo da própria saúde, em época em que os progressos da Medicina ainda ali não haviam aportado. De família numerosa, seu único veículo ao longo de anos foi uma Kombi com a qual lograva transportar a todos.

Católico fervoroso, acreditava na indulgência plenária das bulas papais, obsequiava a Ordem sueca de Ingolstaden, a garantir um sem número de missas diárias a seus integrantes; suficientes para relevar as falhas humanas e assegurar o Paraíso Divino, num passe de mágica. Os filhos no Colégio São Luís, pago com sacrifício, para maior glória de Deus. As filhas na Companhia de Maria, pouco mais flexível. Numa época em que, a Igreja



tendo como finalidade última do conúbio sexual a procriação, o uso de contraceptivos pecado mortal punido com as penas do Inferno, por sua influência os casais, como a se desculpar por qualquer remorso pecaminoso que a satisfação sexual lhes pudesse trazer, competiam entre si para ver quem geraria mais filhos. Meu pai teve nove, um prematuramente falecido. Com dificuldade proveu a seu sustento. E, até porque com o advento da pílula anticoncepcional as mulheres começaram a ingeri-la às escondidas, parou por aí. Não havia como a prenhez se estender pela vida inteira mas, fossem os tempos da Santa Inquisição, certamente as usuárias seriam exorcizadas, convidadas à fogueira e às penas eternas, privadas da sagrada comunhão. Desde aqueles tempos se disputando a primazia pela palavra divina, guerras religiosas a chacinar cristãos da Reforma e Contra-reforma; a tal ponto que um dos novos cristãos, ao criticar o comércio de indulgências e seus derivados, chegou a garantir que possuía uma pena e um ovo do Espírito Santo. Hoje, parece, a situação se inverteu, a promessa de cura por milagres e boa sorte nos negócios mudou de lugar. O controle da natalidade uma realidade, na medida do possível.

Magistrado de carreira desde os idos dos anos 40 do século passado, Luiz Ambra se tornou professor na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco ao final dos anos 50; ainda, tempos depois, do Instituto Mackenzie, a que dedicou longos e operosos anos de diuturno labor em paralelo à judicatura. Para o ingresso na São Francisco elaborando tese de concurso até hoje mencionada pelos cultores do Direito, os embargos de terceiro então de pouco estudo, bibliografia escassa.

Iniciou a carreira como juiz substituto em Santos, na sequência titular em São Simão quando existente apenas a estrada velha de Campinas, o asfalto findava aí; daí em diante substituído por terra batida, esse o caminho que trilhou com a esposa e filhos pequenos ao se mudar. A rodovia Anhanguera apenas um sonho, o progresso vagarosamente chegando ao Interior.

Nasci em 1947, vagamente ainda me recordo, na tenra infância, de viagens pelo terrão; bom mesmo o transporte ferroviário, de primorosa estrutura quando em mãos particulares. Nos anos 60 aniquilado pela absurda, abstrusa e despropositada desapropriação levada a efeito pelo Governo Estadual. Sucateado ao longo dos anos que se seguiram, estatizado para a criação da Fepasa, de triste memória. Por essa e por outras o transporte ferroviário relegado ao abandono, prioritário passando a ser o rodoviário, um ocupando o espaço do outro e ambos afinal competindo nos dias atuais, para ver qual o pior. Ainda, da noite para o dia as ações das companhias expropriadas viraram pó, em detrimento de órfãos e viúvas que ali aplicavam seus recursos, até por determinação judicial de Varas de Família. Em época de acentuada inflação, quando o instituto da correção monetária sequer existia, o aplique aparentava ser dos mais seguros.

Em São Simão, Luiz Ambra sucedeu ao saudoso Dácio Aranha de Arruda Campos, outro magistrado do Jardim Luzitânia onde hoje sediada a Apamagis. O bairro, em 1959, nada mais senão um amontoado de campos de várzea, um de futebol defronte da nossa casa; sem rede de esgoto mas colado ao Parque do Ibirapuera, inaugurado em 1954; no período que se seguiu se transmudando em local aprazível, agradável como hoje ainda é. Lembro-me de que à época, pelas proximidades, trafegava o bonde que, a partir do Centro, seguia em direção a Santo Amaro; saído da Liberdade, a percorrer vastos espaços vazios. Santo Amaro então um município, nos anos seguintes a Capital mudando por inteiro, perdendo sua feição de aristocrática metrópole europeia, passando à condição de incontrolável megalópole, formando todo único com os municípios vizinhos; gigante às custas da própria transformação. Desapareceu o Centro chique, onde o uso do paletó e gravata fazia parte do cotidiano, onde o mais que se discutia era se a obrigatoriedade do terno e gravata nos seus sofisticados cinemas seria legal ou não. Hoje o velho Centro inteiramente abandonado, verdadeiro reduto de mendigos e marginais, o exemplo a própria frente desta Corte. Dos bons tempos apenas as lembranças.

Luiz Ambra, naqueles tempos mais amenos, julgou ainda em Andradina e Araçatuba, em São Paulo na 16ª Vara Cível e, por fim, na 8ª Vara da Família e Sucessões; nesta, a competência que sempre foi de sua predileção. Aposentado a pedido, ao longo de dois anos logrou retornar à advocacia, até seu prematuro passamento com apenas



48 anos, em 1969. Vítima de mal cardíaco, à época não se dispunha dos modernos recursos hoje corriqueiros, não havia cirurgia de pontes de safena, colocação de *stents* ou o próprio transplante de órgãos que já se vai vulgarizando.

Praza aos Céus houvesse deixado sucessores para dignificar seu nome, um deles o que aqui vos fala. Dois filhos na Magistratura, dois netos no Ministério Público, a quem sequer conheceu posto que prematuramente falecido. Mas fica a lembrança, fica a reavivtação de sua imagem, que a feliz iniciativa dessa Presidência permite ora tenha lugar. E quiçá possa perdurar em tempos futuros. A homenagem a ilustres membros da Magistratura Paulista assim levada a cabo retratando a sensibilidade do presidente Nalini, seu cuidado com a preservação das raízes desta Corte, não sem tempo.

Feito este singelo relato, presente minha mãe Guiomar, a esposa Virgínia, irmãos Carlos Antônio, Maria de Lourdes, Antônio Flávio, Maria Guiomar, cunhadas Astir e Armanohui, neta a Promotora Ana Paola, Karen, Cintia e Anik, além das autoridades aqui presentes agradeço a presença dos estimados colegas de Câmara Paulo Grava Brazil, Salles Rossi, Silvério da Silva e Pedro de Alcântara da Silva Leme. Ainda os funcionários de meu gabinete, o poeta Paulo Bomfim com quem me aconselhei para indagar se devia falar muito ou pouco, e bondosamente me recebeu. Valeu a preocupação, aumentei minha fala de quatro para seis folhas.

Para encerrar. Já na terceira geração o legado de culto ao Direito que meu pai nos deixou, agradeço o privilégio de poder endereçar estas poucas palavras aos presentes; rememorando uma época que já se foi mas em nossa memória ainda se faz presente, perene e não esmorece.

Muito obrigado.

No encerramento da cerimônia, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador **José Renato Nalini** afirmou que “o projeto Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante, ao disseminar a memória de grandes nomes da Corte paulista para um público maior, proporciona aos mais jovens saber que o Poder Judiciário simboliza um refúgio da ética e da probidade em um momento em que a República está sangrando pela sua falta”.

Prestigiaram a cerimônia o vice-presidente do TJSP, desembargador Eros Piceli; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel; os desembargadores Ricardo Mair Anafe, presidente da Seção de Direito Público e Geraldo Francisco Pinheiro Franco, presidente da Seção de Direito Criminal; o diretor adjunto e presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas Profissionais da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Ricardo de Toledo Santos Filho, representando o presidente; o conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo, Rogério de Menezes Corigliano, representando o presidente; o presidente da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo – Arisp, Flauzilino Araújo dos Santos; a vice-presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – Irib, Maria do Carmo de Rezende Campos Couto, representando o presidente; Karen Zanotti de Munno, representando a Associação dos Notários e Registradores de São Paulo – Anoreg e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo – Arpen; o chefe de Gabinete da Presidência do TJSP e decano da Academia Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; a esposa do homenageado, Guiomar Ambra; os filhos Carlos Antonio Ambra, Maria de Lourdes Ambra, Antonio Flávio e Maria Guiomar; as noras Virgínia Ferrari Ambra, Armenouhi Kirazian e Astir Ambra; a neta Ana Paola e o neto Claudir; desembargadores, juízes, integrantes do Ministério Público, defensores públicos, advogados, familiares, servidores e convidados.

